

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RN000408/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 10/10/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR054213/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.208943/2023-15
DATA DO PROTOCOLO: 03/10/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDPROCONTRN, CNPJ n. 08.427.312/0001-98, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE JEOVA SOARES;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERV CONTAB, ASSESSOR, PERICIA, INFORM E PESQ DO ESTADO DO RN - SESCON/RN, CNPJ n. 01.588.430/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO HENRIQUE BEZERRA DUARTE;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2023 a 01º de junho de 2024 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange todos os empregados das empresas de contabilidade, das empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas habilitados ao exercício da profissão de contabilidade no Estado do Rio Grande do Norte, com abrangência territorial em** Acari/RN, Açu/RN, Afonso Bezerra/RN, Água Nova/RN, Alexandria/RN, Almino Afonso/RN, Alto do Rodrigues/RN, Angicos/RN, Antônio Martins/RN, Apodi/RN, Areia Branca/RN, Arês/RN, Augusto Severo/RN, Baía Formosa/RN, Baraúna/RN, Barcelona/RN, Bento Fernandes/RN, Bodó/RN, Bom Jesus/RN, Brejinho/RN, Caiçara do Norte/RN, Caiçara do Rio do Vento/RN, Caicó/RN, Campo Redondo/RN, Canguaretama/RN, Caraúbas/RN, Carnaúba dos Dantas/RN, Carnaubais/RN, Ceará-Mirim/RN, Cerro Corá/RN, Coronel Ezequiel/RN, Coronel João Pessoa/RN, Cruzeta/RN, Currais Novos/RN, Doutor Severiano/RN, Encanto/RN, Equador/RN, Espírito Santo/RN, Extremoz/RN, Felipe Guerra/RN, Fernando Pedroza/RN, Florânia/RN, Francisco Dantas/RN, Frutuoso Gomes/RN, Galinhos/RN, Goianinha/RN, Governador Dix-Sept Rosado/RN, Grossos/RN, Guamaré/RN, Ielmo Marinho/RN, Ipanguaçu/RN, Ipueira/RN, Itajá/RN, Itaú/RN, Jaçanã/RN, Jandaíra/RN, Janduís/RN, Januário Cicco/RN, Japi/RN, Jardim de Angicos/RN, Jardim de Piranhas/RN, Jardim do Seridó/RN, João Câmara/RN, João Dias/RN, José da Penha/RN, Jucurutu/RN, Jundiá/RN, Lagoa d'Anta/RN, Lagoa de Pedras/RN, Lagoa de Velhos/RN, Lagoa Nova/RN, Lagoa Salgada/RN, Lajes Pintadas/RN, Lajes/RN, Lucrécia/RN, Luís Gomes/RN, Macaíba/RN, Macau/RN, Major Sales/RN, Marcelino Vieira/RN, Martins/RN, Maxaranguape/RN, Messias Targino/RN, Montanhas/RN, Monte Alegre/RN, Monte das Gameleiras/RN, Mossoró/RN, Natal/RN, Nísia Floresta/RN, Nova Cruz/RN, Olho d'Água do Borges/RN, Ouro Branco/RN, Paraná/RN, Paraú/RN, Parazinho/RN, Parelhas/RN, Parnamirim/RN, Passa e Fica/RN, Passagem/RN, Patu/RN, Pau dos Ferros/RN, Pedra Grande/RN, Pedra Preta/RN, Pedro Avelino/RN, Pedro Velho/RN, Pendências/RN, Pilões/RN, Poço Branco/RN, Portalegre/RN, Porto do Mangue/RN, Pureza/RN, Rafael Fernandes/RN, Rafael Godeiro/RN, Riacho da Cruz/RN, Riacho de Santana/RN, Riachuelo/RN, Rio do Fogo/RN, Rodolfo Fernandes/RN, Ruy Barbosa/RN, Santa Cruz/RN, Santa Maria/RN, Santana do Matos/RN, Santana do Seridó/RN, Santo Antônio/RN, São

Bento do Norte/RN, São Bento do Trairí/RN, São Fernando/RN, São Francisco do Oeste/RN, São Gonçalo do Amarante/RN, São João do Sabugi/RN, São José de Mipibu/RN, São José do Campestre/RN, São José do Seridó/RN, São Miguel do Gostoso/RN, São Miguel/RN, São Paulo do Potengi/RN, São Pedro/RN, São Rafael/RN, São Tomé/RN, São Vicente/RN, Senador Elói de Souza/RN, Senador Georgino Avelino/RN, Serra Caiada/RN, Serra de São Bento/RN, Serra do Mel/RN, Serra Negra do Norte/RN, Serrinha dos Pintos/RN, Serrinha/RN, Severiano Melo/RN, Sítio Novo/RN, Taboleiro Grande/RN, Taipu/RN, Tangará/RN, Tenente Ananias/RN, Tenente Laurentino Cruz/RN, Tibau do Sul/RN, Tibau/RN, Timbaúba dos Batistas/RN, Touros/RN, Triunfo Potiguar/RN, Umarizal/RN, Upanema/RN, Várzea/RN, Venha-Ver/RN, Vera Cruz/RN, Viçosa/RN e Vila Flor/RN.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, serão reajustados, a partir de 01/06/2023, conforme piso salarial e funções abaixo:

NÍVEL A - R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais). Função: ASG (Auxiliar de Serviços Gerais), copeiras e outras funções correlatas.

NÍVEL B - R\$ 1.328,25 (um mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos). Funções: Auxiliar administrativo, assistente de pessoal, recepcionista, secretária, digitador, contínuo, mensageiro, telefonista e outras funções correlatas.

CONTABILISTA NÍVEL I - R\$ 1.339,80 (um mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta centavos). **FUNÇÃO:** Técnico em contabilidade ou Contador que atue desde a digitação, classificação e lançamentos contábeis, fiscais e de pessoal, inclusive registro/alteração na legalização de empresas, até a completa escrituração e análise de balancetes e relatórios fiscais e de pessoal.

CONTABILISTA NÍVEL II - R\$ R\$ 1.649,34 (um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos). **FUNÇÃO:** Técnico em contabilidade ou Contador, com atuação voltada para as áreas: contábil, fiscal, pessoal e legalização, com domínio no cálculo de impostos e contribuições, bem como elaboração de obrigações acessórias (federal, estadual e municipal), análises de balanços e processos fiscais e/ou gestão intermediária nas funções de coordenador e chefe de setor.

CONTADOR NÍVEL III - R\$ 2.126,36 (dois mil, cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos). **FUNÇÃO:** Contador com atuação voltada para análises de balanços, planejamento tributário, defesas administrativas em processos fiscais, auditorias e periciais e/ou gestão superior, nas funções de supervisor e consultor.

CONTADOR NÍVEL IV - R\$ 3.432,66 (três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos). **FUNÇÃO:** Contador com atuação voltada para análises de balanços, planejamento tributário, defesas administrativas em processos fiscais, auditorias e perícias. E/ou gestão superior, nas funções de gerente, consultor e coordenador.

CONTADOR NÍVEL V - R\$ 4.585,35 (quatro mil quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos). **FUNÇÃO:** Contador com responsabilidade técnica da empresa, supervisão ou direção geral de contabilidade, definição de plano geral de registro de eventos contábeis, padronização das informações e controle de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

§ 1º - Os reajustes espontâneos e eventualmente concedidos, a partir da data base, poderão ser compensados como antecipação da presente convenção coletiva, na proporcionalidade de 1/12 ao mês.

§ 2º - Para os trabalhadores com remuneração acima dos pisos salariais estabelecidos na presente convenção coletiva de trabalho fica instituído o percentual apurado de 5% (cinco por cento), incidente sobre os salários vigentes.

§ 3º - É de livre negociação entre empregador e empregado, o índice dos reajustes de gratificações, para aqueles que desempenham funções de gestão e cargos de confiança.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO, FORMAS E PRAZOS

Será obrigatório o fornecimento aos empregados, inclusive por meio de ferramentas eletrônicas, o comprovante mensal dos pagamentos efetuados, discriminadas as verbas pagas e respectivos descontos, respeitando o limite máximo do quinto dia útil, subsequente ao mês de competência

Isonomia Salarial

CLÁUSULA QUINTA - EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Assegura-se àqueles que exercerem a mesma atividade, o direito à equiparação salarial, consoante artigo 461 da CLT.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DO 13 º SALÁRIO

O 13º salário será quitado conforme legislação própria, facultado ao empregador a antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13ª salário dos funcionários por ocasião das férias.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com os adicionais seguintes, aplicáveis sobre o salário hora normal:

- a) 50% (Cinquenta por cento) para as horas prestadas em dias normais;
- b) 100% (Cem por cento), às horas prestadas aos domingos e feriados.

Parágrafo Único - A média das horas extras habituais, do adicional noturno, periculosidade ou insalubridade refletirá no pagamento das férias, gratificações natalinas e desconsó semanal remunerado .

Adicional Noturno

CLÁUSULA OITAVA - REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO

Quando houver labor no horário compreendido entre 22h e 05h, à hora do trabalho noturna será computada como 52 minutos e 30 segundos e será remunerada com acréscimo de 20% (vinte por cento), em relação a hora diurna.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

É garantido aos empregados o recebimento do adicional de insalubridade, na forma da lei.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Fica facultado o fornecimento de auxílio alimentação, com valor diário a ser acordado individualmente entre empregador e empregado, em quantidades iguais aos dias de trabalho, podendo deduzir para fins tributários as despesas correspondentes, conforme regras estabelecidas no PAT.

Parágrafo Único - O auxílio ajustado não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou fundo de garantia do tempo de serviço, nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALES TRANSPORTE

As empresas fornecerão, aos seus empregados, os vales transportes, na forma da Lei, observando a quantidade de conduções para o referido deslocamento, sendo necessário ao empregado efetuar o requerimento por escrito da quantidade de deslocamentos e linhas necessárias para chegar e retornar ao trabalho .

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - READMISSÃO E CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Não poderá ser celebrado contrato de experiência no período de até 12 (doze) meses nos casos de readmissão de empregado, para a mesma função na mesma empresa

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

A homologação do TRCT (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho) dos Empregados com tempo de serviço igual ou superior a 01 (um) ano será facultativo e quando optada sua homologação, esta ocorrerá perante a assistência do **SINDCONTRN**, mediante agendamento prévio e conforme critérios estabelecidos pela entidade.

§ 1º - O empregador deverá entregar ao empregado os documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes, bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação, que deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

§ 2º - Quando Empregador e Empregado acordarem a necessidade de homologação do TRCT, junto ao SINDCONTRN, será custeada pela empresa, uma taxa no valor de R\$ 100,00 (em reais) para cada homologação, cujo pagamento será efetuado através de depósito ou transferência bancária para Caixa Econômica federal, Agência: 0035. operação 003, Conta 71-5.

§ 3º - O ato de homologação, junto ao SINDCONTRN, enseja quitação plena dos direitos decorrentes da relação empregatícia em conformidade com a CLT vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DEMISSÕES QUE ANTECEM A DATA-BASE

Fica ajustada uma indenização adicional, equivalente a um salário mensal do empregado, quando este for dispensado sem justa causa no período de 30 (trinta) dias que anteceder a data base da categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CARTA DE REFERÊNCIA

Os empregadores, quando da saída do empregado ou homologação da rescisão de contrato de trabalho, fornecerão em comum acordo, a carta de referência, desde que os atos praticados não estejam contidos no art. 482 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a apresentar os seguintes documentos no momento da homologação:

01 - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e Termo de Homologação/quitação de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e Termo de Homologação/quitação de Rescisão de Contrato de Trabalho (THRCT) em 04 (quatro vias), sendo destinadas 02 (duas) vias com o empregado, (uma) com o sindicato e (uma) com a empresa;

02 - Comprovante de aviso prévio ou pedido de demissão;

03 - Formulário Seguro Desemprego;

- 04 - Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS quitada;
- 05 - Extrato da Conta Vinculada do FGTS atualizado da CAIXA;
- 06 - Prova bancária de quitação quando o pagamento for efetuado antes da assistência;
- 07 - Atestado Médico Demissional;
- 08 - CTPS com anotações atualizadas;
- 09 - Livro ou Ficha de Registro de Emprego;
- 10 - Carta de referência;
- 11 - Chave para Liberação do FGTS;
- 12 - Comprovante de pagamento da taxa para homologação sindical

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ACRESCIMO DIAS DE AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que tenham até 01 (um) ano de serviço na mesma empresa e serão acrescidos 03 (três) dias, por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

§ 1º - Fica isento do cumprimento do aviso prévio, o trabalhador dispensado sem justa causa, quando obtiver um novo emprego devidamente comprovado, não acarretando prejuízo no recebimento das verbas rescisórias.

§ 2º - O trabalhador que pedir demissão deverá cumprir o aviso prévio de acordo com a legislação vigente, ou, em comum acordo com o empregador, poderá ocorrer a dispensa do cumprimento do aviso, desde que comprovado o novo contrato de trabalho.

§ 3º - O aviso prévio, trabalhado ou indenizado, integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO INÍCIO DAS FÉRIAS E DO AVISO PRÉVIO

As férias individual ou coletiva e o aviso prévio não poderão iniciarem-se aos sábado, domingos, feriados ou dias santificados.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE PRÉ APOSENTADORIA

Ao empregado que comprovadamente estiver há 12 (doze) meses da aquisição do direito de aposentadoria por tempo de serviço e que tenha no mínimo 03 (três) anos de serviço na atual empresa, fica assegurado a garantia de emprego durante o período que faltar para a aposentadoria, de forma que a concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez.

§ 1º - Para fazer jus a estabilidade acima prevista, o empregado deverá comprovar, durante os primeiros trinta dias que iniciam o direito a essa estabilidade, a averbação do tempo de serviço mediante a entrega de certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada, caso o empregador, a vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício.

§ 2º - A falta de cumprimento dessa obrigação pelo empregado, no período aqui estabelecido, dispensa o empregador de garantir a estabilidade.

§ 3º - A estabilidade prevista nesta cláusula não se aplica nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

§ 4º - É facultado ao empregado renunciar a esta estabilidade convencional em seu próprio benefício, desde que essa renúncia seja feita por escrito e homologada pelo SINDICONT RN.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA - MATERIAL EXTRAVIADO - DESCONTO SALRIAL

É vedado o desconto de material de serviço danificado ou perdido no exercício da função, sem culpa do respectivo empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

O empregado que goze de estabilidade provisória não podendo ser dispensado, salvo através de inquérito judicial para apuração de falta grave, observadas as seguintes predisposições legais:

- a) O alistado para o serviço militar, desde o alistamento até sessenta dias após a sua dispensa ou desincorporação;
- b) As empregadas gestantes;
- c) Os Empregados egressos do INSS em decorrência de acidente do trabalho ou doença ocupacional, pelo prazo de 1 (um) ano.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DURAÇÃO E HORÁRIO DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais, ressalvadas as jornadas de trabalho especiais previstas em legislação ou lei que regulamente nova jornada de trabalho.

§ 1º - Fica permitido, via acordo coletivo de trabalho ou individual, entre empregado e empregador, ajustar a jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO BANCO DE HORAS

As empresas poderão instituir banco de horas na forma da legislação trabalhista em vigor, ficando dispensado do pagamento da remuneração da hora extra, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda no período de 01 (um) ano, a soma das jornadas semanais de trabalho, nem seja ultrapassado o limite de 10 (dez) horas diárias.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REUNIÕES PÓS JORNADA

Fica estabelecido que as reuniões administrativas, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizadas durante a jornada de trabalho, ou se fora do horário normal de trabalho, mediante o pagamento de horas extras ou compensação no banco de horas, a critério do empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SISTEMA DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

Os empregadores poderão implementar o Sistema Alternativo Eletrônico de Controle de Jornada de Trabalho, de modo a possibilitar a extração eletrônica e impressa do registro fiel das marcações realizadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TELETRABALHO

Para funções compatíveis, o empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, integral ou parcial, e determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho.

§ 1º - Considera-se teletrabalho, a prestação de serviços preponderante ou totalmente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo, aplicável o disposto no inciso III, do caput do art. 62 CLT.

§ 2º - A alteração de que trata o caput, será notificada ao empregado com antecedência de no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 3º - Caso o empregador realize a opção prevista no caput, não será devido o pagamento de vale transporte no período em que for mantida a prestação de serviços em tal regime.

§ 4º - Os equipamentos eletrônicos de trabalho serão disponibilizados, preferencialmente, pelo empregador.

§ 5º - Os custos e despesas decorrentes da implementação e manutenção dos equipamentos e ferramentas ao teletrabalho, deverão ser objeto de acordo por escrito, entre empregador e empregado.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO EDUCAÇÃO CONTINUADA

Os empregadores obrigam-se a abonarem as faltas dos funcionários participantes de cursos que ocorrerem no Sindicato dos Contabilistas no Estado do RN, SESCON/RN e CRC/RN em dias úteis no horário do expediente, com a devida comprovação através de certificado de participação, desde que seja autorizado pela empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIA DO CONTABILISTA

Fica instituído o dia 25 de abril como dia do contabilista que é a categoria de Técnico em Contabilidade e Contador (a) no Estado do Rio Grande do Norte, sendo facultativo aos contabilistas devidamente registrados no CRC/RN a folga para participar de eventos na forma presencial ou virtual voltados à Educação Profissional Continuada neste dia comemorativo da classe contábil, mediante a comprovação do certificado de participação ao empregador.

Férias e Licenças

Licença Remunerada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS LICENÇAS

O Empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 05 (cinco) dias corridos em caso de nascimento de filho a partir do primeiro dia útil do evento.
- b) 02 (dois) dias corrigidos por falecimento do cônjuge, ascendente ou descendente.
- c) 03 (três) dias por casamento.

§ 1º - Os empregadores concederão licença remunerada nos termos da legislação aplicável, para as empregadas que adotarem judicialmente, crianças na faixa etária de 0 (zero) a 12 (doze) anos de idade, a partir da respectiva comprovação .

§ 2º - O empregado será dispensado sem prejuízo de seu salário, para acompanhamento de filho enfermo menor de idade 12 anos, nas consulta médicas ou internado, até duas vezes ao ano.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - UNIFORMES E ROUPAS PROFISSIONAIS

Quanto exigidos ou necessários, os uniformes ou roupas profissionais serão fornecidos gratuitamente aos empregados. Não havendo devolução por ocasião de demissão a pedido ou sem justa causa

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EXAMES E ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas ficam obrigadas a assegurar a todos os empregados, sem ônus para os mesmos, exames médicos periódicos, preventivos e dimensional, laborais, através de serviço médico próprio ou encaminhamento às suas credenciadas, com os intervalos determinados na legislação, sendo, eficazes os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais credenciados pela empresa, sindicato ou previdência social, para abono de faltas ao serviço.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS DIRIGENTE SINDICAL

Todo dirigente sindical, delegado de base ou representante de trabalhadores, eleito em assembleia da categoria profissional para participar de eventos, encontros, palestras, cursos, congressos de cunho municipal, estadual, nacional ou internacional, assim como, quaisquer movimentos ou reuniões relacionadas à atividade sindical do SINDCONT/RN, terá abonada a falta até o limite de um dia por mês durante a vigência desta convenção, sem prejuízo salarial, desde que informado ao seu empregador com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do respectivo evento, através do ofício firmado exclusivamente pela presidência do respectivo evento, através do ofício firmado exclusivamente pela presidência do respectivo evento,, contendo local, horário e duração.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LIBERDADE SINDICAL DO TRABALHADOR

Fica o trabalhador no direito de não sofrer, sem sua expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo ou acordo coletivo de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - REPASSE DO EMPREGADOR AO SINDICATO LABORAL

Havendo autorização do empregado, os empregadores ficam autorizados a descontar, de uma só vez, anualmente, o valor correspondente a 01(um) dia de serviço dos seus salários, devendo repassar ao SINDCONT/RN, os valores arrecadados a tal título, junto à CEF, agência 035, conta 71-5 -

SINDCONTRN, aliado ao envio da guia da contribuição sindical, comprovante de depósito e relação dos empregados, no mesmo prazo.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO À LIBERDADE SINDICAL

As empresas reconhecem o princípio da liberdade sindical e assumem o compromisso de não praticar qualquer ato que venha a ferir o referido princípio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DIVULGAÇÃO DE CONVENÇÃO

Para fins de divulgação da convenção coletiva, as empresas se obrigam a divulgar via correio eletrônico e em quadro de aviso da sua sedes, um resumo das principais cláusulas da presente convenção coletiva de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - TAXA E OBRIGÇÕES PARA REGISTRO DE ACORDO COLETIVO E/OU INDIVIDUAL

As empresas que celebrarem acordos coletivos ou individuais ficarão obrigadas ao recolhimento das taxas e obrigações fixadas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, sendo necessários os seguintes documentos para registro:

- a) Acordo Coletivo ou Individual de Trabalho original (03 vias);
- b) Arquivo em Word do Acordo de Trabalho, que poderá ser enviado para sindicatodoscontabilistas.rn@gmail.com;
- c) Cópia do ato constitutivo do empregador;
- d) Pagamento da taxa de R\$ 100,00 (cem reais), para assistência na homologação do acordo coletivo ou individual.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO PARITÁRIA

Fica instalada uma Comissão Paritária, composta por 04 (quatro) representantes a serem indicados, 02 (dois) por cada sindicato conveniente, com a responsabilidade de zelar pelo cumprimento desta norma coletiva e estudar melhorias nas condições de trabalho, inclusive regulamentar a implantação de Comissão Paritária por Empresa, bem como realizar conciliações dos conflitos individuais entre os empregadores e empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PARCERIA ENTRE SINDICATOS

Fica estabelecida parceria entre o SINDCONTRN e SESCONRN, onde seus respectivos associados poderão participar dos cursos oferecidos por ambas as entidades na qualidade de associados, desde que estejam adimplentes com suas obrigações.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL PELA DELIBERAÇÃO NEGOCIAÇÃO DO DISSÍDIO COLETIVO

As empresas integrantes da categoria econômica, beneficiadas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, representadas pelo SESCON/RN, conforme Assembleia Geral Extraordinária da categoria realizada no dia 21/06/2023, deverão contribuir anualmente com a importância abaixo estipulada, para fins de manutenção e custeio das despesas jurídicas e assistência da entidade, correspondente à Convenção Coletiva de Trabalho, com vigência entre 01/06/2023 e 01/06/2024:

a) Para empresa ou escritório individual associados R\$ 100,00 (cento e dez reais).

b) Para empresa ou escritório individual não associados R\$ 3000,00 (trezentos reais).

§ 1º - As empresas que recolheram contribuição sindical estão dispensadas do pagamento da taxa assistencial patronal instituída na presente cláusula.

§ 2º - As empresas integrantes da categoria econômica, beneficiadas pela presente Convenção Coletiva, representadas pelo SESCON/RN, repassarão, 60 (sessenta) dias, após assinatura da presente CCT, os valores da contribuição assistencial patronal.

§ 3º - Dados Bancários: SICOOB (756). AGÊNCIA: 4194. C.C.: 11547-9 SESCON/RN.

§ 4º - A falta de recolhimento da contribuição sujeitará a empresa inadimplente ao pagamento do valor devido, acrescido de multa de 10% (dez por cento), juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, atualizado com base na variação do INPC-IBGE ou outro índice que o venha substituir, da data do

inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como custas processuais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento).

§ 5ª Para os não associados, microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), optantes pelo Simples Nacional (devidamente comprovado), terão valores diferenciados, com redução de 50% da tabela acima, desde que realize impreterivelmente o recolhimento dentro do vencimento estipulado nesta cláusula.

§ 6ª Os empregadores poderão exercer o direito de oposição à contribuição assintencial patronal definida em assembleia geral extraordinária, até a data de vencimento, prevista no presente instrumento, mediante comunicação escrita, através de ofício devidamente protocolado junto à secretaria do SESCON/RN, cuja omissão presumir-se-á aceita de pleno direito, sendo facultadas as medidas extrajudiciais e judiciais de estilo.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

Violada qualquer cláusula desta convenção de trabalho, fica o infrator sujeito ao pagamento de multa correspondente a 01 (um) salário do empregado, por inflação, em favor do prejudicado, seja empregado, empresa ou sindicato, tão somente após ser o infrator ser notificado, por escrito, sobre a cláusula que está sendo infringida, dando-lhe um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação, para que o mesmo adote as providências necessárias objetivando a sua regularização.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO E REVISÃO DESTA CONVENÇÃO

O processo de prorrogação revisão, denúncia ou revogação parcial ou total da presente convenção coletiva obedecerá ao disposto no art. 615 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA E SUCUMBÊNCIA

Venciada a vigência desta Convenção Coletiva, não havendo na data base novo instrumento coletivo que venha a substituí-lo, fica ajustado que enquanto não houver nova convenção, acordo ou sentença normativa, ficam prorrogados automaticamente os efeitos das cláusulas aqui dispostas, até a assinatura de nova Convenção Coletiva de trabalho, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, sendo que serão cumpridos os efeitos retroativos das correções e reajustes salariais.

Parágrafo Único - As entidades sindicais ajustam, por liberalidade negocial, que em havendo conciliação ou sentença normativa, sobre o dissídio coletivo, haverá sucumbência recíproca de cada entidade sindical, devendo cada agremiação arcar com o seu respectivo causídico, no emporte de 15% (quinze) por cento incidente sobre o valor atribuído à causa.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - FORO

As partes elegem o foro de Natal/RN, para dirimir em quaisquer controvérsias oriunda da interpretação e cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho. E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos imediatos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo levado a registro e depósito junto ao Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho.

}

JOSE JEOVA SOARES

Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE - SINDPROCONTRN

JOAO HENRIQUE BEZERRA DUARTE

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERV CONTAB, ASSESSOR, PERICIA, INFORM E PESQ DO
ESTADO DO RN - SESCON/RN

ANEXOS

ANEXO I - EDITAL-LISTA DE PRESENÇA E VOTAÇÃO-JORNAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA CONVENÇÃO 2023-2024

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.